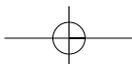


## Prefácio

### O HIATO ENTRE O PASSADO E O FUTURO

*Notre héritage n'est précédé d'aucun testament* — «a nossa herança não foi precedida de nenhum testamento» — é talvez um dos mais estranhos dentre os aforismos estranhamente abruptos com que René Char, poeta e escritor francês, sintetizou a substância daquilo que os quatro anos de *résistance* vieram a significar para toda uma geração de escritores e homens de letras europeus.<sup>1</sup> O colapso da França, acontecimento para eles totalmente inesperado, esvaziou de um dia para o outro a cena política do país, deixando-a entregue a um bando de grotescos bonifrates, entre tolos e patifes, uma gente que, nunca tendo participado nos negócios oficiais da Terceira República, foi atraída para a esfera da política pela força do vazio. Assim, sem premeditação e provavelmente contra as suas inclinações conscientes, acabaram por constituir uma esfera política onde — sem a parafernália da oficialidade e a coberto dos olhares amigos ou inimigos — todos os negócios relevantes do Estado foram levados a cabo por palavras e actos.

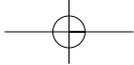
Isso não durou muito tempo. Alguns anos depois, esses homens foram libertados daquilo que inicialmente haviam encarado como um «fardo» e reenviados para o que percebiam agora ser a fátua irrelevância dos seus assuntos pessoais, novamente separados do «mundo da realidade» por uma *épaisseur triste*, a «triste opacidade» de uma vida centrada apenas em si mesma. E caso se recusassem a «retroceder para o sítio de onde haviam vindo, para a mais indigente das situações,» o que lhes restava era apenas o velho e vazio embate das



ideologias em conflito; ideologias essas que, após a derrota do inimigo comum, voltaram a ocupar a arena política, fazendo com que os antigos companheiros de armas acabassem separados em inúmeros grupúsculos que não chegavam sequer a constituir diferentes facções, alistados em intermináveis polémicas e intrigas de uma guerra de papel. Aquilo que Char havia previsto, num momento em que a verdadeira guerra estava ainda em curso — «Se eu sobreviver, sei que terei de romper com o aroma desses anos essenciais, rejeitar silenciosamente (não reprimir) o meu tesouro» — acontecera. Eles haviam perdido o seu tesouro.

Que tesouro era esse? Tal como eles próprios o entenderam, era algo que parecia, por assim dizer, ser composto por duas partes inter-relacionadas: eles tinham descoberto que quem «se juntara à Resistência, se havia *encontrado* a si mesmo,» deixara de «se procurar [a si mesmo] sem nunca alcançar o conhecimento, numa insatisfação nua», deixara de se acusar de «insinceridade», de ser um «suspeito e censurável actor de sua própria vida», convertendo-se em alguém capaz de «andar nu». Nesta nudez, despojada de todas as suas máscaras — tanto as que a sociedade reserva para os seus membros como as que o indivíduo fabrica para si mesmo nas suas reacções psicológicas contra a sociedade — eles sentiam-se pela primeira vez na vida visitados pela aparição da liberdade; e não tanto por terem agido contra a tirania e coisas piores do que a tirania — isto era verdade para cada um dos soldados do Exército Aliado — mas por se terem convertido em «desafiadores», por terem tomado a iniciativa e, com isso, terem começado, sem o saberem nem sequer se darem conta do facto, a criar entre si um espaço público onde a liberdade poderia aparecer. «Em cada refeição que tomamos juntos, a liberdade é convidada a sentar-se. A sua cadeira continua vazia, mas reservamos-lhe o lugar.»

Os homens da Resistência europeia não foram os primeiros nem os últimos a perder o seu tesouro. A história das revoluções — desde o Verão de 1776 em Filadélfia e o Verão de 1789 em Paris até ao Outono de 1956 em Budapeste — que exprime politicamente o relato mais íntimo da Idade Moderna, podia ser contada, sob a forma de parábola, como a lenda de um tesouro muito antigo que, sob as mais variadas circunstâncias, aparece de repente, de uma forma inesperada, para desaparecer de novo, sob diferentes e misteriosas condições, como se de uma miragem se tratasse. Existem, na verdade, razões de so-



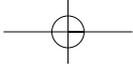
bra para acreditar que o tesouro nunca foi real, mas apenas uma miragem, que não estamos aqui a lidar com algo de substancial, mas apenas com uma aparição; e a principal dessas razões é que o tesouro continua até hoje desprovido de nome. Existirá alguma coisa, não no espaço sideral mas na esfera dos assuntos humanos sobre a terra, que não tenha nome? Os licornes e as rainhas dos contos de fadas parecem possuir mais realidade que o tesouro perdido das revoluções. E no entanto, se voltarmos os olhos para os começos desta era, e especialmente para as décadas que a antecederam, poderemos com surpresa verificar que o século dezoito, em ambas as margens do Atlântico, possuía um nome para este tesouro, um nome que se perdeu e foi esquecido — somos tentados a dizer — antes mesmo de o próprio tesouro ter desaparecido. O nome que lhe davam na América era «felicidade pública», uma designação que, com as suas conotações de «virtude» e «glória», não nos parece mais inteligível do que o seu equivalente francês «liberdade pública»; a dificuldade para nós encontra-se no facto de o acento, em ambas as designações, ser colocado sobre o termo «público».

Seja como for, é ao facto de o tesouro perdido não ter nome que o poeta alude quando afirma que a nossa herança não foi precedida de nenhum testamento. O testamento, que indica ao herdeiro aquilo que legitimamente lhe pertence, transmite ao futuro os bens do passado. Sem testamento ou, para aclarar a metáfora, sem a tradição — que escolhe e nomeia, que transmite e preserva, que indica onde se encontram os tesouros e qual o seu valor — é como se não existisse continuidade no tempo e como se, por conseguinte, não houvesse nem passado nem futuro, em termos humanos, mas apenas a perpétua mudança do mundo e o ciclo biológico dos seres vivos. Assim, o tesouro perdeu-se não devido a circunstâncias históricas ou por causa de uma realidade adversa, mas porque nenhuma tradição havia previsto o seu aparecimento ou a sua realidade, porque nenhum testamento o legara ao futuro. A perda, contudo, talvez inevitável em termos de realidade política, foi consumada pelo esquecimento, por um lapso de memória que atingiu não apenas os herdeiros mas, por assim dizer, os actores, as testemunhas, todos aqueles que, por fugazes instantes, haviam tido o tesouro na palma das suas mãos, os vivos, em suma. Pois a recordação, que é apenas um dos modos (embora dos mais importantes) do pensamento, de nada serve sem um quadro de referências



preestabelecido, e a mente humana só muito raramente consegue reter algo que não está ligado a nada. Assim, os primeiros a esquecerem em que consistia o tesouro foram precisamente aqueles que o haviam possuído e o haviam considerado de tal modo estranho que nem sequer sabiam que nome lhe dar. Tal facto, na altura, não os perturbou; se não conheciam o seu tesouro, conheciam muito bem o significado do que haviam realizado, algo que estava para além da vitória ou da derrota: «A acção que tem um sentido para os vivos, apenas para os mortos tem valor, e só se cumpre na consciência daqueles que a herdam e a questionam.» A tragédia começou não quando a libertação do país como um todo arruinou, quase automaticamente, os recônditos ilhéus de liberdade, que em todo o caso estavam já condenados, mas quando se percebeu que não havia nenhuma consciência capaz de os herdar, os questionar, de pensar neles ou recordá-los. O ponto central é que o «acabamento» que qualquer acontecimento instituído deve ter na consciência dos que depois irão contar a sua história e transmitir o seu sentido, se lhes escapava; e sem esta consciência de acabamento após o acto, sem uma articulação efectuada pela recordação, não restava pura e simplesmente qualquer história para contar.

Nada há nesta situação que seja inteiramente novo. Estamos bastante familiarizados com as recorrentes manifestações de desespero face à razão, ao pensamento e ao discurso racional; reacções, de resto, naturais por parte do homem, que conhece por experiência própria o divórcio existente entre pensamento e realidade, que sabe como a realidade se tornou opaca à luz do pensamento, e que este, já não ligado ao acontecimento como o círculo ao seu centro, está sujeito quer a converter-se em algo de totalmente esvaziado de significado, quer a refazer velhas verdades que perderam toda a relevância concreta. Mesmo o reconhecimento antecipado desta dificuldade se tornou, agora, algo de familiar. Quando regressou do Novo Mundo (do qual faria uma descrição e análise tão admirável que a sua obra se converteu num clássico e sobreviveu a mais de um século de transformações radicais) Tocqueville tinha perfeita consciência daquilo a que Char denominara o «acabamento» da acção e do acontecimento que lhe havia escapado; e a frase «a nossa herança não foi precedida de nenhum testamento» soa como uma variação de uma outra de Tocqueville, que diz: «Desde que o passado deixou de projectar a sua luz sobre o futuro, a mente humana vagueia nas trevas.»<sup>2</sup> Mas a única descrição



exacta desta dificuldade encontra-se, tanto quanto sei, numa dessas parábolas de Franz Kafka que, únicas talvez a este respeito na literatura, são verdadeiras *παράβολα*, projectadas em torno do acontecimento como raios de luz que, contudo, não iluminam a sua aparência exterior, possuindo antes o poder dos raios X para revelarem a sua estrutura interna que, neste caso, consiste nos processos ocultos da mente.

A parábola de Kafka diz o seguinte<sup>3</sup>:

Ele tem dois adversários. O primeiro empurra-o pelas costas, desde a origem. O segundo bloqueia o caminho à sua frente. Ele dá luta a ambos. Na verdade, o primeiro apoia-o no seu combate contra o segundo, ao empurrá-lo para diante; e, do mesmo modo, o segundo apoia-o no seu combate contra o primeiro, ao fazê-lo retroceder. Mas isto é assim apenas em teoria. Pois não existem apenas os seus adversários, existe ele próprio também, e quem sabe realmente quais são as suas intenções? O seu sonho, porém, é ver chegar um momento de menor vigília — o que exigiria uma noite mais negra do que alguma vez se viu — em que pudesse fugir da frente de batalha e ser promovido, à conta da sua experiência de combatente, à posição de árbitro na luta entre os outros dois adversários.

O episódio que esta parábola narra e clarifica vem no seguimento, quando à lógica interna, dos eventos cuja substância encontramos no aforismo de René Char. De facto, começa precisamente no ponto onde aquele aforismo deixa suspensa no ar, por assim dizer, a sequência dos acontecimentos. A luta de Kafka começa quando o curso da acção está terminado e se espera que o relato que era a sua consequência se complete «nas consciências que o herdaram e questionam». A tarefa da consciência é compreender o que aconteceu, e nesta compreensão, segundo Hegel, consiste a forma como o homem se reconcilia com a realidade; o seu verdadeiro objectivo é estar em paz com o mundo. O problema é que se a consciência for incapaz de alcançar a paz e produzir a reconciliação, vê-se de imediato envolvida nos seus próprios conflitos.

Historicamente, contudo, esta fase de desenvolvimento da consciência moderna foi precedida, pelo menos no século XX, não por um, mas por dois actos prévios. Antes de a geração de René Char, que

